



## RESENHA

MARCELINO, Marcelo Gonçalves & SANTOS, Renato da Costa dos. **Administração de Empresas e Mercado Financeiro no Capitalismo Contemporâneo do Brasil**. Curitiba: Íthala, 2022.

### DA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS AO MERCADO FINANCEIRO: ASPECTOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Alessandro Cavassin Alves<sup>1</sup>

O presente livro, lançado pelos professores Marcelo Gonçalves Marcelino e Renato da Costa dos Santos, está divido em duas partes, a primeira apresenta o tema “Administração: perspectivas e reflexões”, e a segunda, “Economia, Capitalismo Contemporâneo e Financeirização no Brasil”.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Ensino Superior na FASBAM e na UNIANDRADE. Professor de Sociologia do Ensino Médio, vinculado à SEED-PR. Contato: [alessandrocavassin@gmail.com](mailto:alessandrocavassin@gmail.com)

A primeira parte discute os desafios da administração de empresas frente a dinâmica das transformações sociais contemporâneas, diante do chamado ambiente externo das organizações, como exemplo, a crise do *Subprime* (nome dado à crise imobiliária nos Estados Unidos da América em 2008) ou mesmo a devastadora mudança nos padrões de produção e consumo causados pelo novo coronavírus (COVID-19) e, também, da própria sobrevivência de empresas num mercado competitivo. Essas e outras transformações sociais fazem com que a administração deva estar atenta a inúmeros pontos, por vezes, deixados de lado, como a questão do empreendedorismo social e da gestão sustentável. Da mesma forma, é fundamental observar o planejamento estratégico, as capacidades dinâmicas, as tendências e perspectivas das comunidades virtuais e redes sociais digitais ligadas ao marketing. E a primeira parte termina com temas clássicos da administração, como a questão da resistência à mudança, sobre a inovação e cultura organizacional, a gestão por diretrizes, os objetivos SMART e a gestão do conhecimento. Por fim, o texto proporciona ao leitor, também, ampla referência bibliográfica sobre todos esses temas abordados.

A segunda parte do livro discute um tema fundamental para a compreensão dos rumos da sociedade, em especial a do Brasil, sob a dinâmica do capitalismo contemporâneo, que é o processo de financeirização.

Para tanto, o leitor acompanha a explicação a partir de uma perspectiva histórica esclarecedora, principalmente a partir do século XX, de como o capitalismo contemporâneo, frente as crises econômicas produzidas pelo próprio sistema, foi ampliando suas estratégias de concentração, acumulação e reprodução de capital, por exemplo, cooptando, cada vez mais, o aparato estatal de países periféricos, como o do Brasil, formando assim um aparato estatal capitalista dirigista, denominado de forma mais ampla como capitalismo monopolista de Estado e, na qual, “o setor bancário passa a exercer um poder central no processo de mediação dos fluxos e da transferência e alocação de recursos no capitalismo” (MARCELINO, 2022, p.63).

Neste sentido, o Brasil, também sob uma análise histórica de seus planos econômicos de desenvolvimento nacional dirigidos pelo Estado, são exemplos das estratégias do desenvolvimento da acumulação capitalista de um país periférico às potências mundiais, em prol de uma classe dominante, não apenas nacional, mas de caráter internacional, que por sua vez, constroem estruturas legais de dominação como visto no Plano Real da década de 1990, que protegeu, de forma mais intensa os interesses internacionais, bancários e de demais capitalistas, inserido na dinâmica do mercado financeiro global e da ideologia neoliberal.

Neste sentido, é imprescindível atentar, seguindo a leitura desta segunda parte do livro, para o setor bancário e sua institucionalização. E, desta forma, percebe-se que, neste ambiente “legal” de proteção de determinados interesses, os Bancos Centrais assumem funções de “destaque e poder chave de aporte e mediação dos fluxos de acumulação e reprodução do grande capital”. E assim se acompanha, um pouco da história de uma instituição chave do controle do poder econômico e financeiro neste país, que é o Banco Central do Brasil, aprovado em 31/12/1964, no início da Ditadura Militar-civil-empresarial e que ao longo do tempo vai se tornando cada vez mais central neste processo.

Assim, então, o leitor pode ter uma visão histórica da transformação do capitalismo e acompanhar, da mesma forma, o desenvolvimento capitalista brasileiro, atrelados aos interesses do capital em seu mercado financeiro, bem como, acompanhar o sistema bancário, em especial através dos fatos que envolvem o Banco Central do Brasil viabilizando essa estrutura de dominação. A consequência deste modelo econômico é a ampla desigualdade social existente na sociedade brasileira.

E, frente a tudo isso, acompanha-se, igualmente, nessa segunda parte, a fundamental reflexão sobre o indecente “Sistema da Dívida Pública” brasileira, tendo como referência bibliográfica citada os estudos de Maria Lúcia Fattorelli, entre outros, na qual se subtrai trilhões de reais dos cofres públicos para o pagamento dos juros da dívida, intermediado pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil, um pagamento que favorece aos “interesses da classe dominante nacional e estrangeira do consórcio imperialista” (MARCELINO, 2022, p. 134), enfim, é a transferência de recursos do setor público para os setores privados, nacional e internacional. Assim, o destaque da última parte do livro, é o subtítulo: “A transferência de renda e riqueza para aos donos da dívida pública: o Banco Central e o Tesouro Nacional garantem o aporte de recursos e a continuidade do processo de acumulação e reprodução do capital” (MARCELINO, 2022, p. 122-138).

Por fim, é possível perceber a articulação desta característica do capitalismo contemporâneo, com seu mercado financeiro, de caráter imperialista, que coopta o Estado Nacional, que por sua vez, institucionaliza mecanismos legais de sua própria subjugação, em favor de interesses espúrios de uma minoria, tanto nacional como internacional, arrolando, além das riquezas por eles produzidas por uma mão de obra com mínimos direitos, também os

recursos do próprio setor público, que de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, chega a 50% do Orçamento Federal Executado, tendo como referência o ano de 2021<sup>2</sup>.

Fica evidente que o sistema capitalista contemporâneo continua a perpetuar a concentração da riqueza mundial e o Brasil, com seu Estado nacional, se torna subserviente dessa lógica e, portanto, isso precisa ser debatido pela sociedade, e na qual o presente livro contribui para este objetivo.

## Referência

**Auditoria Cidadã da Dívida.** Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/>. Acesso em: 19.jul.2022.

*Recebido em: 20/07/2022.*

*Aceito em: 10/10/2022.*

---

<sup>2</sup> Cf. Auditoria Cidadã da Dívida.